

## **Ofício de artesãs em uma unidade de conservação na Amazônia: aprendizado, coletivização de saberes e engajamento feminino<sup>1</sup>**

Marília de Jesus da Silva e Sousa (Instituto Mamirauá-Amazonas)  
Ana Claudéise Silva do Nascimento (Instituto Mamirauá-Amazonas)  
Ronisson de Souza Oliveira (Instituto Mamirauá-Amazonas)

Palavras-Chaves: Artesãs; Aprendizado; Comunidade de Prática

### **Introdução: sobre os lugares de sociabilidade das artesãs**

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), região do médio Solimões, há mais de uma década e meia um coletivo de mulheres foi formado com o objetivo de fortalecer os processos políticos de organização comunitária desta Unidade de Conservação. O campo de atuação deste grupo de mulheres consistiu na criação de um espaço de organização e articulação política das mulheres com o objetivo de ampliar a inclusão e a participação do segmento feminino no processo de implantação da RDS Amanã em todas as suas esferas de tomada de decisões. As mulheres pautaram ainda suas ações na produção de artesanato como sendo um projeto de geração de renda para as associadas do grupo e suas famílias (SOUSA, 2005).

Baseado na trajetória deste coletivo de mulheres, este artigo tem **como objetivo examinar como mulheres-agricultoras engajaram-se coletivamente na produção de artesanato feito com uma fibra vegetal denominada de cauçu (*Calathea lutea*<sup>2</sup>) e afirmaram sua identidade de artesãs**. Nessa trajetória, o processo de autoafirmação da identidade de artesãs permitiu a construção de uma “comunidade de prática” (LAVE & WENGER, 1991; LAVE, 2015) em que a aprendizagem representa um elemento central nas diferentes formas de interações que foram estabelecidas no contexto do grupo de mulheres-artesãs e para além do grupo, incluindo as interações com a planta cauçu e outras plantas associadas que são utilizadas no acabamento e no tingimento das peças de artesanatos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília-DF.

<sup>2</sup> Monocotiledônea da ordem Zingiberales, família Marantace, é uma erva perene, rizomatosa, caulescente, isto é, que emite ramificação aérea (talos) bem desenvolvida. A espécie ocorre em forma de touceiras que atingem aproximadamente cinco metros de altura. Possui inflorescência do tipo espádice, brácteas de coloração marrom-arroxeadas, flores com corola amarela e sementes envoltas por arilo. (LEONI, 2007).

Analisando esse complexo de interações foi essencial abordar a aprendizagem considerando as plantas e outros elementos que desempenham lugar decisivo num processo que as mulheres se tornam artesãs numa comunidade de prática que está prescrita pelas relações entre artesãs-experientes e jovens-artesãs, ou como sugerem Lave & Wenger (1991) uma “aprendizaje situada” (Lave & Wenger, 1991, p. 01).

É neste sentido que procuramos demonstrar como as bases epistemológicas deste aprendizado estão interligadas aos aspectos político-econômicos e a produção cultural e histórica presentes na vida cotidiana das artesãs envolvendo diversas gerações de mulheres praticantes que exercem papéis diferenciados nesta comunidade de prática. Para tal, foi pertinente tomar como referência os conceitos de “aprendizaje situado” e “participación periférica legítima”, nos termos sugerido por Lave & Wenger (1991). As autoras sublinham que o conceito de aprendizagem defendido por elas pressupõe dois atributos chaves: aprender no cotidiano e aprendizagem informal baseada na experiência. Estes atributos destacam o caráter relacional do conhecimento e da aprendizagem. Em outros termos, “essa perspectiva indica que não existe atividade que não esteja situada” (LAVE & WENGER, 1991, p.03).

Os dados discutidos neste artigo são um recorte da tese de doutorado de Sousa (2017) que foram analisados, de modo a convergir numa abordagem teórica que os autores têm se debruçado atualmente em suas respectivas temáticas de pesquisa no âmbito do Instituto Mamirauá<sup>3</sup>. A escolha do tema e o enfoque teórico pretende contribuir com o debate proposto pelo Grupo de Trabalho “Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade”, que tem como foco as múltiplas dimensões das identidades dos sujeitos.

A pesquisa tem caráter etnográfico, cujos métodos consistiram na observação participante, registros em diário de campo, entrevistas abertas com 22 mulheres, conversas formais e informais gravadas e registros fotográficos das várias etapas da cadeia operatória da produção de artesanato de cauçu. Eventos de coleta e beneficiamento do cauçu também foram acompanhados em três comunidades.

Entrevistas e conversas informais foram realizadas em diferentes momentos da vida cotidiana das artesãs. Diálogos mais longos foram feitos com as artesãs-adultas. As

---

<sup>3</sup> O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM-OS) é uma Organização Social fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Seu campus de pesquisa está localizado no município de Tefé-Amazonas, tem a missão de “promover pesquisa científica para a conservação da biodiversidade através de manejo participativo e sustentável dos recursos naturais na Amazônia”.

jovens-artesãs foram abordadas por meio de conversas coletivas nos momentos em que se encontravam envolvidas no processo de beneficiamento e confecção de artesanato, o que resultou numa estratégia metodológica bem-sucedida para que fosse possível acessar e compreender o cotidiano das práticas e fazeres das jovens-artesãs.

Revisitamos também o banco de fotografias das atividades realizadas com as artesãs (oficinas e reuniões) uma vez que os registros fotográficos são importantes para acionar a memória de eventos importantes ocorridos e, igualmente, para visualizar as mulheres em momentos de intenso envolvimento nas suas atividades relacionadas a produção de artesanato. Observamos que nos primeiros anos de atuação do grupo, principalmente durante as oficinas coletivas de confecção de artesanato, a maioria das mulheres estavam acompanhadas seus filhos e filhas em diferentes faixas-etárias. Nas fotos apresentadas neste artigo, é frequente a presença (e a participação) dos filhos e filhas em diferentes fases das atividades. Esse é um dado importante, pois demarca diferentes tempos e reflete a composição e o perfil do grupo em momentos distintos. Assim os registros fotográficos foram essenciais para compor a trajetória do grupo de mulheres em suas várias fases.

Esta análise está situada no bojo da atuação coletiva deste grupo de mulheres-artesãs no contexto de unidade de conservação de uso sustentável. É importante demarcar este contexto socioambiental, pois ele define e caracteriza um modo peculiar de engajamento das populações locais com o ambiente (INGOLD, 2010). O cenário político e territorial em questão expõe um processo de implementação de políticas ambientais de conservação da biodiversidade mediadas por estratégias de criação de unidades de conservação de uso sustentável.

Expomos para o centro do debate a construção de um saber-fazer das mulheres-artesãs tanto no âmbito de uma atividade produtiva, como no campo de uma trajetória política marcada por um longo processo de engajamento e aprendizado coletivo envolvendo artesãs de diferentes gerações. Este engajamento coletivo e as formas de aprendizagem que foram construídas na comunidade de prática das mulheres-artesãs serão abordados à luz da teoria da prática discutida por Lave & Wenger (1991); Lave (2015) e Gomes (2015), cujos pressupostos teóricos dialogam amplamente com nosso contexto etnográfico.

O estudo indica que tanto nas atividades coletivas do grupo de mulheres-artesãs, como no cotidiano das comunidades foi desenvolvido um intenso processo de trocas e ressignificação de saberes que produziu a legitimidade de uma identidade de artesãs e

agregou uma nova posição política para as mulheres no contexto das comunidades locais e da unidade de conservação. Por sua vez, as formas de apropriação coletiva dos recursos naturais utilizados na produção de artesanato e as demais ações coletivas estão pautadas pelas redes de reciprocidades sociais, onde o parentesco e o compadrio assumem papel determinante no conjunto das relações.

Partindo da trajetória do grupo de mulheres-artesãs, procuramos dar visibilidade ao contexto socioambiental e político dessa atuação, delimitando o fluxo desse movimento em diferentes fases que serão abordadas nos tópicos a seguir. Nestes tópicos, os aspectos relacionados ao processo da aprendizagem direcionam nosso diálogo de modo a alcançar os objetivos propostos neste artigo.

### **Tecer tala é tecer uma história: a trajetória do grupo de mulheres-artesãs**

O grupo de mulheres-artesãs tem uma trajetória de atuação na área de abrangência da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), uma unidade de conservação estadual de uso sustentável<sup>4</sup> localizada na região do médio rio Solimões, estado do Amazonas. Esta UC foi criada em 1998 com uma extensão territorial de 2.350.000 hectares, formada por ambientes de florestas de várzea, terra-firme e igapó. Neste território (Figura 1) reside uma população de cerca 3.653 pessoas distribuídas em 84 localidades e sete setores<sup>5</sup> políticos (IDSM 2006; MOURA *et al* 2012).

As populações locais têm uma economia de orientação camponesa, com características específicas do campesinato amazônico (LIMA, 1992; MOURA, 2007; PERALTA, 2012). A produção econômica das unidades domésticas está diretamente relacionada ao uso direto dos recursos naturais cujas principais atividades produtivas da população local são a pesca, a agricultura, o extrativismo vegetal, a caça, a criação de animais e a produção de artesanato (PERALTA & LIMA 2013). Historicamente os moradores deste espaço territorial desenvolvem uma série de atividades extrativistas, uma delas consiste na extração de fibras vegetais que gera matéria-prima para produção de artefatos domésticos. As comunidades locais têm seus membros conectados por

---

<sup>4</sup> De acordo com Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), a categoria RDS tem como proposta conciliar a conservação da biodiversidade com desenvolvimento das populações locais, tradicionalmente moradores e usuários dos recursos naturais dessas áreas baseadas em um processo de gestão participativa (SNUC, 2000).

<sup>5</sup> É um modelo de organização sócio-política das comunidades locais que fomentado pela Igreja Católica (Prelazia de Tefé) onde um agrupamento de várias comunidades toma decisões conjuntas e estão ligadas entre si por interesses comuns de cunho religioso, social, territoriais e de acesso aos recursos naturais.

vínculos de parentesco, compadrio, religioso e político.

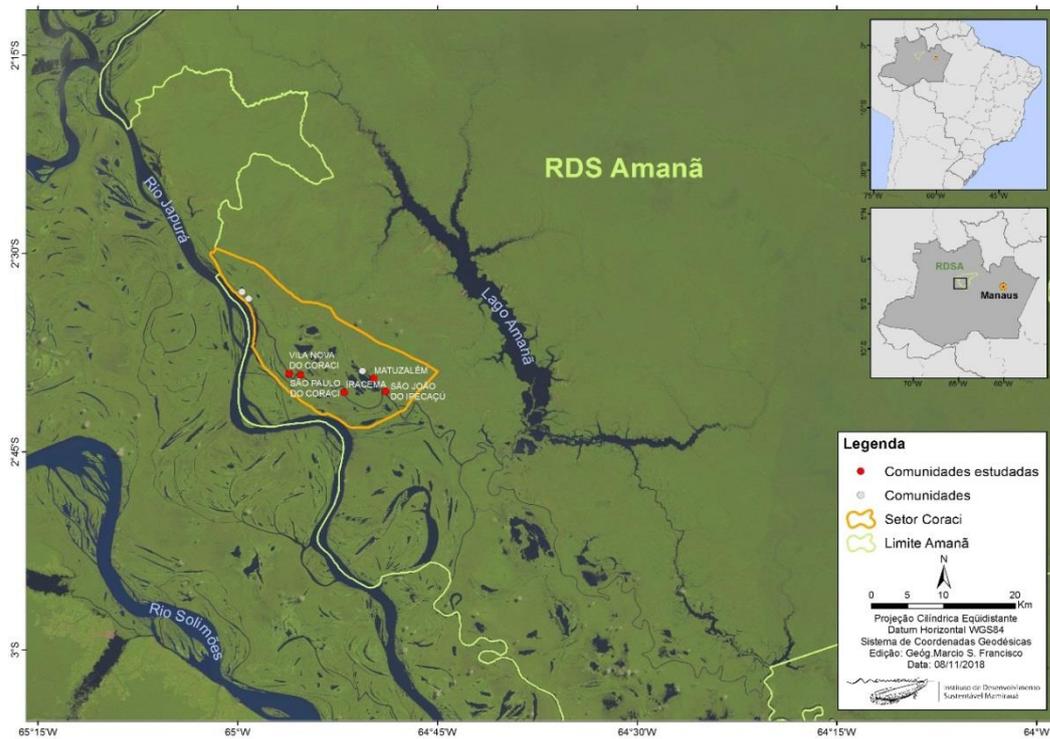


Figura 1: Área de estudo, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Setor Coraci, comunidades de São João do Ipecaçu, São Paulo do Coraci e Vila Nova do Coraci.

Nos primeiros anos de atuação deste coletivo feminino, o grupo teve a adesão de 32 mulheres (Figura 2 e 3) moradoras de cinco comunidades ribeirinhas pertencentes ao Setor Coraci. Por isso o grupo foi batizado inicialmente de “Grupo de Mulheres do Setor Coraci” e posteriormente agregou a identidade de artesãs ao nome. Atualmente o grupo de artesãs está formado por 18<sup>6</sup> mulheres moradoras das comunidades de Vila



Figura 2: Eleição da primeira diretoria do Grupo de Mulheres em março de 2002. Foto: Marília Sousa.

Nova do Coraci, São Paulo do Coraci e São João do Ipecaçu. Essas comunidades, lugares de vivência e sociabilidade das mulheres, estão localizadas ao longo do Paraná do Coraci, canal que faz a ligação entre os trechos do rio Japurá, importante afluente da margem esquerda do rio Solimões. De um total de sete comunidades (e dois sítios) que pertencem a área<sup>7</sup> do Setor Coraci, quatro comunidades estão situadas em ambiente de várzea e três em terra firme. Estes dois ambientes influenciam e delimitam as atividades econômicas praticadas pelos moradores locais cujas atividades predominantes voltadas para comercialização são: a agricultura (especialmente o cultivo da mandioca para produção de farinha), a banana, a pesca e o artesanato.

---

<sup>6</sup> As razões da redução do número de sócias devem-se à saída de várias mulheres da comunidade para estudar, casar ou em razão de falecimento.

<sup>7</sup> Reside nesse território político uma população total de 518 moradores e moradoras distribuídos em 88 domicílios (IDSM, 2006).

Os conhecimentos tradicionais associados ao uso do cauçu para produção de artesanato fazem parte de um conjunto de práticas e técnicas corporais produzidas e reproduzidas no cotidiano dessas mulheres desde que passaram a atuar coletivamente. Antes disso, os saberes associados ao uso tradicional do cauçu para a produção de artefatos estavam restritos a um pequeno grupo de mulheres mais velhas que ainda detinham as técnicas de produção de utensílios de trabalho e de uso pessoal (SOUSA, *et al.* 2016).

Com a atuação do grupo de artesãs, ao longo de dezesseis anos, esse cenário foi modificado, os saberes e técnicas foram difundidos localmente para um grande número de pessoas e ao reproduzirem-se, modificaram-se assumindo novos significados tanto para as produtoras (as artesãs), quanto para seus consumidores. Hoje em dia, a produção de artesanatos a partir da fibra do cauçu tem características distintas: seu domínio está difuso entre as mulheres da região, sua produção é destinada ao mercado. (SOUSA *et al.*, 2016)

A trajetória social deste grupo de mulheres está caracterizada pela busca de uma identidade política e ao mesmo tempo comercial. As diferentes fases desta trajetória e o processo de construção da identidade das artesãs vai sendo simbolicamente delimitada pelos nomes que foram sendo atribuídos ao grupo ao longo dos anos. Foi denominado inicialmente como “Grupo de Mulheres do Setor Coraci, posteriormente mudou para Grupo de Mulheres Artesãs do Setor Coraci, até transformar-se em 2008, em “Teçume D’Amazônia”, nome comercial adotado como uma estratégia mercadológica que



Figura 3: Encerramento da primeira oficina de balaios. Foto: Arquivo Programa de Artesanato.

expressa uma ampla referência, cujo lugar de pertencimento passou a ser a Amazônia aludindo um apelo ecológico aos artesanatos. Neste sentido, a identidade do grupo ficou caracterizada pela expressão local “teçume”, que consiste no modo como as

mulheres-artesãs denominam os artesanatos confeccionados com fibras vegetais,

fazendo assim alusão ao ato de tecer fibras vegetais e transformá-las em artefatos domésticos e artesanatos comerciais (SOUSA *et al*, 2016). Com esta percepção, ser “teçumeira” revela a técnica e a forma que as artesãs se qualificam como pessoas vinculadas a um tipo específico de trabalho e um modo de saber-fazer artesanato com cipós, talas e outras fibras vegetais. Tal referência indica também um modo particular de construção de pessoas como discute (SAUTCHUK, 2007) ao mesmo tempo que manifesta a capacidade criativa das artesãs exercida por meio de um engajamento com meio ambiente.

Produzir artesanato, para além de gerar renda para as artesãs e suas famílias, constitui-se num projeto político para as mulheres em busca reconhecimento, legitimidade e de visibilidade social e econômica, conseqüentemente, criou um campo fértil de inserção gradativa das mulheres nos principais fóruns de tomadas de decisões existente na unidade de conservação.

### **Mulheres-artesãs, aprendizados e habilidades e a construção de uma comunidade de práticas**

Para discutir práticas, habilidades e aprendizado à luz de Lave (2015) e Ingold (2010), consideramos essencial descrever o perfil das mulheres-artesãs associadas ao grupo, demarcando a faixa etária e destacando os papéis diferenciados de atuação no âmbito das práticas coletivas em vários momentos da trajetória. De tal modo, é possível visualizar como ocorrem as interações sociais, e ainda perceber como as práticas e saberes são compartilhadas e quais são os elementos norteadores desta interação. Ressaltamos que demarcar a faixa etária, é uma estratégia teórico-metodológica para nortear a análise, todavia, a idade não será abordada como algo que demarca relações assimétricas, ou seja, não se trata de determinar e/ou correlacionar maior ou menor saber ou maior habilidade/experiência às mulheres adultas em contraponto com as habilidades e expertises das jovens-artesãs, visto que a experiência de trabalho coletivo desenvolvido no contexto do grupo de artesãs promoveu novas formas de aprendizado numa comunidade de prática engajada para desenvolver e aperfeiçoar um saber-fazer. O histórico e a dinâmica de interação do grupo demonstram o desenvolvimento de uma comunidade de prática baseada em expertises e saberes, combinando saberes das artesãs-adultas e das jovens artesãs.

Portanto observamos que a experiência, conhecimento e o domínio de um saber-fazer não restringe-se em considerar a idade como premissa. Temos que ponderar a

importância da prática no cotidiano, ou melhor, a aprendizagem no cotidiano como defendem Lave & Wenger (1991). Por exemplo, o cotidiano das jovens-artesãs pode ter diferenciações das artesãs-adultas, pois foi motivado pelas ações coletivas do grupo como um todo e gerou uma rotina de práticas que tem variações no modo de engajamento do espaço coletivo e no espaço individual entre as artesãs.

As variações devem ser igualmente relativizadas para duas classes de artesãs adultas e jovens. Este contexto pode ser melhor compreendido sistematizando os modos de aprendizado, relacionando-os didaticamente à idade das mulheres.

<b>Classes/ Idade</b>	<b>Como ocorreu o aprendizado?</b>
Mulheres mais velhas/casadas (mais de 40 anos)	Cotidiano da família Aprendeu principalmente convivendo com a mãe ou outra parente
Mulheres adultas/casadas (25 a 40 anos)	Coletivo/grupo Cotidiano com parceiras das comunidades que fazem parte do grupo Práticas individuais (tecer)
Mulheres adolescentes/jovens/solteiras (14 a 20 anos)	Convívio com a mãe nas atividades do grupo Práticas individuais influenciada pela prática coletiva dentro do grupo

Fonte: Elaboração dos autores

As mulheres se mobilizam para formar uma organização coletiva e recebem adesão de mulheres casadas adultas e jovens solteiras. Na primeira fase houve a predominância de mulheres adultas casadas numa faixa etária que delimitamos entre 25 a 40 anos que estavam em plena idade reprodutiva. Essas mulheres tinham uma média de seis filhos e a liderança do grupo sempre esteve sob a responsabilidade das mulheres casadas (e mães<sup>8</sup>). Mulheres na faixa etária de 14 a 20 anos (jovens e adolescentes) representava a outra parcela significativa dentro do grupo. As jovens de modo geral, eram filhas das mulheres mais velhas e passaram a fazer parte do grupo incentivadas pelas mães. Essa participação de mulheres adolescente e jovens ocorreu nos primeiros seis anos do grupo, a mudança para a cidade para dar prosseguimento nos estudos e casamento foram as principais razões da saída das mulheres do grupo.

As mulheres na faixa etária acima de 40 anos que formavam um número menor, eram<sup>9</sup> quatro mulheres no total (Maria da Conceição<sup>10</sup>, Izolina, Maria das Graças e

<sup>8</sup> O estudo de Moura (2005) sobre o comportamento reprodutivo das mulheres da RDS Amanã revela a ocorrência de uma alta taxa de prolicidade, isto é, uma parturição média de 10 filhos. As mulheres iniciam em média aos 17 anos na atividade materna e a uma última gestão ocorre aos 42 anos.

<sup>9</sup>Atualmente apenas Maria de Fátima (Dona Sueli) continua participando do grupo, as demais já faleceram.

Maria de Fátima chamada de “Dona Sueli”). Apesar de ser um número menor de mulheres nesta faixa-etária, estas sempre detinham prestígio social como matriarcas das comunidades locais. Prestígio este que lhes garantiu também uma autoridade legitimada como artesãs dentro do grupo.

Uma característica comum dessas quatro mulheres é o fato de ambas dominarem a arte de tecer peneiras, balaios e outros artefatos de uso doméstico, cuja produção era feita de acordo com a necessidade e/ou demanda das comunidades. Dona Izolina é a artesã-mestra, e foi por meio do seu conhecimento sobre a arte de fazer teçumes que ocorreu a disseminação deste saber e das técnicas desenvolvidas ao longo de várias gerações entre as comunidades da região do Rio Coraci.

O conhecimento de Dona Izolina (Figura 4) foi partilhado inicialmente com sua filha Maria Rosenize por meio de uma “educação para atenção” como defende Ingold (2010). Por sua vez Rosenize compartilhou tais conhecimentos numa “comunidade de prática” estabelecida no grupo de mulheres. Para tal, a artesã acionou as habilidades apreendidas com a mãe, mas também desenvolveu outras habilidades. Assim Rosenize teve o papel de transmitir ao grupo de mulheres a arte de tecer fibras vegetais dentro de um ambiente de coletivo de interações, onde cada mulher carrega consigo seu *corpus* de conhecimento agenciado pelas suas práticas e vivências individuais. Portanto, o conhecimento de Dona Izolina é a fonte de inspiração de todas as artesãs, mas são as habilidades e práticas de cada mulher que vai determinar a elaboração e reelaboração de outros modos de fazer.

Como afirma Ingold (2010) o conhecimento desenvolvido pelas artesãs consiste em habilidades, uma vez que para o autor “todo ser humano é um centro de percepções e agência em um campo de prática” (INGOLD, 2010, p. 07). É também neste processo de crescimento do conhecimento humano que advém a contribuição que cada geração repassa e/ou transmite para geração seguinte, que não consiste num empréstimo acumulado de representações e sim “uma educação para atenção” (INGOLD, 2010, 07). Assim, para Ingold (2010) as habilidades humanas constituem-se como propriedades emergentes de contextos dinâmicos em que cada geração alcança e transpõe a sabedoria de seus predecessores (INGOLD, 2010, p. 06). O aprendizado é construído no contexto de um conhecimento prático, nas interações sociais e na interiorização das práticas.

---

<sup>10</sup> Dona Maria da Conceição, carinhosamente chamada de “Dona Preta” é a matriarca do Setor Coraci. Teve dezesseis filhos, e quase todos os seus filhos entre homens e mulheres tem um forte engajamento político na organização das comunidades.

Assim o conhecimento pressupõe ainda a experiência acumulada e/ou arregimentada por meio das interações.



Figura 4: Dona Izolina e sua filha Maria Rosenize, artesãs pioneiras. Foto: Marília Sousa

Para Lave & Wenger (1991, p. 2-3) “... el aprendizaje es una dimensión integral e inseparable de la práctica social”. Em outros termos, “ el aprendizaje es parte integral de la práctica social generativa en el mundo em que se vive” (Lave & Wenger, 1991, p. 04). Seguindo estes pressupostos o processo de aprendizagem das artesãs do Teçume D’Amazônia pode ser sistematizado em diferentes modalidades de técnicas e aprendizado no contexto da prática, tais como: (i) compartilhando saberes e fazeres no espaço coletivo; (ii) observando e interagindo coletivamente no grupo e no cotidiano; (iii) praticando na vida cotidiana e (iii) realizando experiências individuais ou em pares. Devemos também considerar essas diferentes modalidades de aprendizagem devem estar associadas às práticas variadas (GOMES, 2014). Assim aprender é inerente a toda prática social (GOMES, 2014, p. 15), isto é, a aprendizagem é um “fenômeno difuso e onipresente no tempo e no espaço” (GOMES 2014, p. 04).

No contexto inicial (ano de 2001) da trajetória do grupo de artesãs, a narrativa de uma liderança comunitária da Reserva Amanã nos faz refletir qual foi o propósito de formação do grupo e o quanto que uma prática movia as mulheres para um engajamento coletivo.

Na época não era um grupo de mulheres, era encontro de mulheres que se reuniam **para fazer na prática** (trabalhar com as talas) e o outro dia era assunto relacionado à sociedade por exemplo com palestras (preventivo, orientação de prevenção). Ai depois trabalhava na tala. Na tala todo mundo estava aprendendo um com outro ensinando de mãe para filha, de comadre para comadre, de vizinha para vizinha, tinha toda aquela interação dentro do grupo. No terceiro encontro já veio pessoas de fora, como a Noca<sup>11</sup> e outras mulheres fazendo palestra e dando algum estudo, mas aí continuou e não parou.

Este recorte da narrativa é emblemático posto que mostra como se constituiu uma “comunidade de prática” no bojo de uma organização de mulheres. Apresenta ainda os agentes sociais envolvidos e suas conexões numa rede de parentesco e compadrio no qual essa comunidade de prática é parte integrante.

Seguindo a esteira de entendimento de que o grupo de artesãs compreende uma “comunidade prática” nos moldes sugerido por Lave (2015), revisitar essa trajetória possibilita trazer a luz aspectos importantes de constituição de uma comunidade de prática e do processo de aprendizagem. O objetivo que conduziu a formação do grupo a partir da percepção das mulheres consistia no desenvolvimento de um projeto de geração de renda para as mulheres. Neste sentido, a confecção de artesanato de cauçu foi identificado como sendo o mais promissor.

O objetivo de criar o grupo era para que as mulheres tivessem uma renda. No início foi assim, quem sabe fazer alguma coisa? Tentamos fazer crochê e peneira redonda, mas não deu certo. **Nós passamos quase dois anos só para aprender fazer o balaio.** Quem aprendeu primeiro foi a Nezimar e ela já ensinava lá na comunidade de São Paulo do Coraci, e quando a agente não sabia a gente ia lá com a Nice e a Dona Izolina<sup>12</sup>. **Nós tivemos tanta vontade que nós não desistimos.** A Nezimar ensinou a Sânia e a Sânia ensinou para as irmãs na comunidade de Vila Nova. As nossas filhas iam com agente para as oficinas porque elas gostavam, tinham força de vontade. Rute Catulino, 49 anos.

Só era eu pra ensinar 32 mulheres, pensa! Pra ensinar sete alunos já é difícil, cinco aluno, imagina 32 mulheres. E todas elas queriam aprender muito rápido assim... E eu me sentia assim, sabe...minha cabeça ficou até assim meia perturbada na época porque eu queria que todo mundo

---

<sup>11</sup> Maria Rosinete, mais conhecida como “Noca”, filha de Dona Izolina, é moradora da Reserva Mamirauá, que faz fronteira com a Reserva Amanã. É reconhecida por sua habilidade em tecer diferentes espécies de fibras naturais e é reconhecida como uma artesã especialista na arte de tecer artesanatos de talas. Foi uma das primeiras pessoas a ser convidada para fazer uma oficina de tecer para o Grupo de Artesãs do Coraci.

<sup>12</sup> Dona Izolina era a artesã mais antiga da região, faleceu em 2014 com 90 anos. Suas duas filhas (Nice e Noca) também desenvolveram a partir do convívio com a mãe a habilidades na arte de tecer objetos artesanais. Nice é sócia-fundadora do grupo e exerceu a árdua tarefa de compartilhar deste saber-fazer artesanato de cauçu com todas as artesãs.

aprendesse. Tinha noite que eu dormia assim pensando... me chamavam pra todo lado e eu queria ajudar todo mundo mas eu era só uma. Eu ficava preocupada, eu queria que todos aprendessem. Maria Rozenice do Amaral, 47 anos.

Na fase de formação do grupo existiam poucas mulheres que dominavam a técnica de produção de artesanato de cauçu nas comunidades. O aprendizado e o compartilhamento deste saber-fazer foram desenvolvidos e disseminados no processo de engajamento coletivo, cuja atuação da artesã Maria Rosenize do Amaral (Nice), teve papel central nesse processo de formação e consolidação de uma comunidade de prática mediada pelo cotidiano do fazer artesanato de cauçu.

Para Lave (2015) a aprendizagem é parte integrante do que a autora denomina de “complexas comunidades de práticas”, sendo estas comunidades tanto culturais como mutantes, constituindo desse modo, parte do processo histórico que constitui a vida social. Na teoria da prática social, “toda atividade é situada nas relações entre pessoas, contextos e práticas” (LAVE, 2015). Seguindo a esteira desta teoria, a família nuclear e a rede de parentesco extensa constituem o núcleo central de disseminação de trocas e aprendizagem entre as artesãs do grupo Teçume D´Amazônia

Neste sentido que observamos no relato acima que são acionadas estratégias de acesso e disseminação das técnicas de tecer artesanato com tala de cauçu. Mais uma vez a rede de parentesco, compadrio e vizinhança configura como um elemento central para formação dessa comunidade prática, que passa a ser o elemento mobilizador e integrante do compartilhamento do aprendizado. Como defende Lave (2015) “aprender na prática envolve aprender a fazer o que você já sabe e fazer o que você não sabe, interativamente, ambos ao mesmo tempo” (LAVE, 2015, p. 41).

As narrativas das mulheres sugerem que havia uma postura de adesão e engajamento tanto individual como coletivo. No primeiro depoimento observamos que a artesã assinala que houve dificuldades iniciais no aprendizado dos “teçumes”<sup>13</sup>, entretanto, não houve sinalização de desistência do trabalho, pelo contrário, uma estratégia de compartilhamento de conhecimentos foi colocada em prática. Um trecho deste depoimento é simbólico para mostrar o nível de disposição e engajamento das mulheres: “... nós tivemos tanta vontade que nós não desistimos...”.

Nos primeiros anos de atuação do grupo, a maior parte do esforço empreendido pelas associadas consistiu, prioritariamente, em “aprender tecer”. Assim um esforço

---

<sup>13</sup> Forma como as mulheres se referem ao ato de tecer fibras vegetais e transformá-las em artefatos domésticos e artesanato comercial.

coletivo foi empreendido internamente no grupo no sentido de dominar a técnica de “tecer tala”. Esse ambiente de engajamento coletivo envolvendo um grupo de mulheres relativamente grande, a troca de conhecimentos entre as mulheres adultas, jovens e adolescentes, ligadas pela rede de parentesco local, foi a mola propulsora da ação prática do grupo na sua fase embrionária.

Nos depoimentos as mulheres guardam em suas memórias vários episódios, um deles é o tempo despendido para dominar a técnica de confecção de um determinado modelo de artesanato. Por exemplo, foi relatado por uma artesã que para aprender a tecer o balaio<sup>14</sup> foram cerca de dois anos de trabalho. Ao mesmo tempo em que as mulheres compartilhavam saberes no contexto das oficinas, neste mesmo sentido o aprendizado era comunicado e compartilhado no contexto das comunidades. Fora do espaço coletivo, as mulheres se reuniam em duplas ou pequenos grupos em suas respectivas comunidades. Por isso as mulheres comentam que a primeira fase do grupo foi mais desafiadora, ninguém poderia desistir pois o momento de aprender na base da tentativa e erro, quando o processo de aprendizado foi mais intenso.

Aprender a tecer tala e ao mesmo tempo auxiliar as demais companheiras neste processo gerou um ambiente de intenso compartilhamento de experiências, de realização de experimentações e de troca de saberes e de fazeres. O aprendizado na prática como defende Lave (2015) conduziu sobremaneira, o engajamento das artesãs na atividade. Importante observar que as trocas e compartilhamentos de conhecimentos, não se restringiam ao ato de tecer o objeto artesanal, mas também, no envolvimento direto das artesãs em toda cadeia operatória, ou seja, da prática da coleta dos talos, do beneficiamento das talas, e, na confecção dos artesanatos. Uma tala mal beneficiada implica em possíveis prejuízos na confecção do artesanato, cujo resultado final em termos de qualidade do produto não seria satisfatório (Figura 5).

---

<sup>14</sup> Segundo Ribeiro (1988) é um cesto estojiforme: cestos-recipientes tipo “caixa” ou estojo com tampa, paredes singelas ou duplas como entremeio de folha para torna-lo imune à umidade. Apresentam-se com textura rígida e formato definido: retangular, quadrado, elítico. O cesto é um termo genérico que define qualquer receptáculo feito segundo a técnica de entaçamento de matéria-prima vegetal (flexíveis ou semi-rígidos) adredeamente preparada (RIBEIRO, 1988, p. 60).



Figura 5: Mães e filhas artesãs realizando coleta do cauçu, beneficiando a tala e tecendo artesanato. Foto: Marília Sousa

Este histórico nos mostra como o processo de mobilização e engajamento das artesãs está relacionado com a retomada de um fazer manual (artefatos para uso pessoal<sup>15</sup>, elaborado com fibras vegetais) que se encontrava restrito ao conhecimento das mulheres mais antigas das comunidades que detinham tal conhecimento. Com isso, o acesso a este saber pelas mulheres jovens foi estimulado a partir da formação do grupo. Por outro lado, instituiu-se um ambiente favorável para o fortalecimento da difusão de técnicas e conhecimentos tradicionais entre gerações.



[...] Só a dona Sueli que sabia fazer paneiro. A Sueli sabia fazer paneiro e aquelas peneira... a dona Gracinha [irmãs e sócias mais velhas do grupo] fazia aquelas peneiras de peneirar farinha, aquelas olhudona de cabo. As outras mulheres nunca nenhuma delas tinha pego em cauçu nem pra fazer nem tupé, pra nada, nada, nada [...] Maria Aparecida, 47 anos.

<sup>15</sup> Maria Rozenize Assis do Amaral, foi a primeira coordenadora do grupo, ao falar sobre sua trajetória no grupo diz: “Foi minha mãe que me ensinou. Eu tinha 10 anos de idade. Ela era uma profissional em artesanato mais para uso pessoal!” (Notas de Campo, 2006).



Figura 6: Encerramento de uma oficina de artesanato. Foto: Arquivo do Programa de Artesanato.

Fazer “teçumes” não era parte integrante das principais atividades desenvolvidas pelas mulheres, e, como assinalamos a maioria não dominava a técnica de teçumes, como ocorre nas atividades agrícolas. Assim no contexto das atividades do grupo, as mulheres passam a desenvolver habilidades e experiências utilizando mãos e mente pautada no domínio de uma tecnologia originária do saber local. Este conhecimento constitui-se como a principal ferramenta de trabalho, complementada com a utilização ferramentas que envolvem tecnologia simples.

Ao longo dos anos de consolidação de uma comunidade de prática o repertório de objetos produzidos se expandiu e as artesãs passaram a produzir um leque de mais de vinte modelos artesanatos que são ofertados no mercado. Entre estes destacam-se: balaio, peneira, vaso, tupés, porta-revista, porta-lápis, porta-joias, fruteira, petisqueira, jogo de mesa Amanã e tamboretos .

Formado no contexto de implantação da Reserva Amanã, ação do grupo no âmbito desta unidade de conservação, propicia o estabelecimento de relações de parceria com as instituições que realizam a assessoria para grupo, especialmente o Instituto Mamirauá. As relações com instituições locais ampliam a rede de comunidade de prática, que vai além do grupo e das comunidades, envolve parceiros e o mercado. As mulheres-artesãs agenciadas pelos seus interesses e expectativas, passam a negociar as “regras” instituídas por uma “parceria ecológica” (LIMA, 1997). Lima e Pozzobon (2001) defendem que os critérios de sustentabilidade ecológica atribuem uma “marca ecológica” às identidades dos grupos sociais locais. Esta “marca ecológica” passa a ser incorporada pelos grupos sociais às suas identidades políticas como uma estratégia para legitimar novas e antigas reivindicações sociais.

A primeira fase de formação do grupo de mulheres as principais ações estavam relacionadas ao esforço de “qualificar” o produto artesanal a fim de garantir maiores possibilidades de inserção do produto ao mercado, e com isso gerar a renda desejada pelas mulheres. Ao mesmo tempo em que foi feito investimentos na melhoria dos artesanatos confeccionados pelas mulheres, o fortalecimento do aspecto organizacional do grupo configura-se como um elemento importante. Portanto, o engajamento das mulheres exigia que dois pilares do trabalho fossem fortalecidos, a saber: aprender a tecer tala produzindo artesanato de qualidade e ao mesmo tempo, estruturar uma base sólida organização de mulheres.

### **Artesãs aprendizes e formas de saber-fazer artesanato de cauçu: uma comunidade de saberes**

De acordo com Lave (2015, p. 40), “a aprendizagem é feita pelos aprendizes” Com essa premissa a autora defende que o foco da observação deve seguir na direção das “relações entre aprendizes”, desde as mudanças na participação ou no tipo de participação de todos os envolvidos neste processo, propiciando atuação de formas distintas. Podemos pensar, por exemplo, na realidade etnográfica estudada que uma artesã-experiente pode, em determinado momento, assumir o papel de aprendiz e uma jovem-artesã ou uma artesã-menina também pode adquirir a cátedra de ensinar. Lave (2015) defende que “relações cambiantes” passam a ser estabelecidas. Uma situação que foi recorrentemente observada durante o processo coletivo e familiar de produção de artesanato de cauçu nas comunidades foco do nosso estudo (LAVE, 2015, p. 40).

Diversas vezes presenciamos as artesãs mais velhas comentando que as meninas e jovens artesãs aperfeiçoaram de maneira habilidosa e detalhista o processo de beneficiamento da tala de cauçu, e ainda criaram novos modos de fazer que gerou novos grafismos (desenhos), acrescentou novas etapas de produção e propiciou a elaboração de novos modelos de artesanatos. As artesãs adultas narram que as jovens artesãs se tornaram mais rápidas e habilidosas, chegando a se especializar tanto no processo de beneficiamento das talas como na feitura/confecção de alguns modelos de artesanatos. Diferente das artesãs adultas que possuem perfil de mulheres mais falantes, de modo silencioso, mas com o olhar aguçado pela curiosidade e o desejo de aprender e confeccionar artesanatos, as jovens artesãs investem em modos de fazer que provocam marcas diferenciadoras no resultado final do artesanato.

Podemos afirmar que o engajamento intenso em todas as etapas da produção de artesanato propiciou novas formas de fazer e foi estabelecida e ampliada o que podemos denominar de uma “comunidade de saberes” no contexto de produção do grupo de artesãs. Isto pode ser verificado quando recorrentemente as artesãs adultas (mães, tias e avós) tanto incentivam as jovens-artesãs, mobilizam um ambiente de autonomia e reforço de engajamento na produção de artesanato de cauçu (Figura 7).



Neste sentido, Lave (2015) nos chama atenção que

É muito útil reconhecer que um aprendiz não é alguém que não sabe, aprendendo (conhecimentos) provindo de alguém que sabe. Ao contrário, os aprendizes estão engajados (com outros) em aprender o que eles já estão fazendo – um processo multifacetado, contraditório e interativo. Além disso, pode parecer que mesmo nesses termos os “aprendizes” são indivíduos, mas eles não são nunca somente isso. Eles estão engajados em práticas cotidianas em múltiplos contextos, participando em diferentes modos uns com os outros (Lave, 2015, p. 40).

Aprofundando esse aspecto, Lave (2015) defende que entender como as pessoas aprendem é uma questão chave que deve ser melhor concebido. Para tal a autora lança mão da noção de “participantes cambiantes” e rechaça a idéia naturalizada sobre aquisição de conhecimentos (Lave, 2015). Em outros termos, a autora critica a naturalização da aquisição de conhecimentos propondo um outro caminho para compreensão de como ocorre o processo de aprendizado ou de como as pessoas aprendem. Os aprendizes estão corporificados e situados, ao mesmo tempo que aprendem.

Para firmar sua tese, Lave (2015) nos chama atenção de como a noção de conhecimento deve ser concebido/usado, ou seja, há que se considerar as implicações do seu uso na prática, pessoas e contextos. Somente deste modo evitamos de incorrer no erro de entendimento de que a aprendizagem ocorre no plano da “aquisição de

conhecimentos”. Para desconstruir tal abordagem, a formulação teórica da Lave (2015) postula a idéia de “participantes cambiantes e suas “participações cambiantes” em uma “prática cambiante”. É por meio destes conceitos, que a autora indica o caminho para que possamos entender e analisar como as pessoas aprendem (LAVE, 2015, p. 41).

Em termos objetivos é fundamental considerar que a aprendizagem é parte das práticas sociais. Na esteira deste entendimento a conexão existente entre cultura e aprendizagem devem ser concebidos de maneira relacional. Deve-se analisar que as mudanças nas práticas são resultantes de processos culturais, coletivos, pessoais, situados e historicamente constituídos (Lave, 2015, p. 39). Assim, a questão que devemos nos colocar seria

“... Como as pessoas aprendem nos termos culturais complexos dentro dos quais isso ocorre, sem tentar assimilar isso, positivamente ou negativamente, dentro de nossas pressuposições culturais profundamente enraizadas (LAVE, 2015, p. 39/40).

### **Conclusão: sobre as redes formadas na comunidade práticas e os saberes das artesãs**

O contexto de ação coletiva construída pelas artesãs nos últimos 16 anos, está pautada no engajamento e mobilização das mulheres tanto para reavivar uma atividade, como para fazer o uso comercial de um recurso natural sem muita importância no contexto local culminando na organização de um empreendimento econômico que passou a fazer parte do conjunto da renda das mulheres

Com as talas de cauçu, as mulheres resignificaram saberes e passam a elaborar um novo contexto produtivo nas diferentes fases da cadeia operatória de produção de artesanato. Num processo de trocas e/ou compartilhamento de conhecimentos, as mulheres criam um espaço de experimentação, desenvolvem técnicas de coleta e beneficiamento da fibra e confeccionam um repertório de artesanatos que são inseridos no mercado regional e nacional (SOUSA *et al*, 2016; SOUSA, 2017).

A atividade gerou renda para às artesãs e suas famílias, prestígio e reconhecimento (local e nacional) de um trabalho que floresceu a partir do engajamento e da ação coletiva das mulheres. Essa atuação coletiva possibilitou a formação do que podemos chamar de uma “comunidade de saberes” em que artesãs-agricultoras desenvolvem um processo de observação, criação de hipótese e experimentações e

compartilhamento de conhecimentos em uma comunidade de prática que foram apropriados e resignificados (SOUSA *et al*, 2017).

A questão que nos propusemos neste artigo, embasados nas formulações teóricas defendidas por Lave (2015) sobre teoria da prática social, a partir de sua questão norteadora que é entender como as pessoas aprendem; encontrou em nosso estudo de caso um lugar fértil para demonstrar como as artesãs se mobilizaram e continuam se mobilizando a partir dos contextos de sua vida cotidiana. Em outros termos, utilizamos a pergunta de partida de Lave (2015) para o contexto estudado questionando como as artesãs aprendem? Concluimos que as artesãs aprenderam a arte de tecer fibras vegetais e transforma-las em artesanatos decorativo, por meio de um movimento de engajamento coletivo que mobilizou cada artesã de modo individual e ao mesmo tempo coletivo. O engajamento se deu no âmbito político-econômico mediado por uma rede de interações que envolvem diferentes agentes sociais no âmbito familiar (nuclear e extensa), na comunidade, com compradores e com a equipe do Instituto Mamirauá que prestou assessoria ao grupo durante 16 anos. Outras entidades como Associação de Produtores do Setor Coraci, a Central das Associações da Reserva Amanã, o SEBRAE e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) são as instituições com as quais as interações são mobilizadas.

Compreendemos que o engajamento das mulheres promove e torna sólida sua auto-identificação como artesãs, ao mesmo tempo que são legitimadas perante os agentes sociais com os quais interagem. Essa luta tem como o objetivo um projeto que “as absorve em suas próprias vidas, isto é, busca-se alcançar um projeto coletivo visando mudar sua forma de participação nas práticas em mudanças, como ressalta Lave (2015, p. 45). O que isto significa? Significa que a aprendizagem e a reprodução dos saberes associados ao uso do manejo do cauçu se deram por meio de um conjunto de práticas tais como: associação com práticas agrícolas, processo de observação, criação de hipóteses e experimentações (SOUSA *et al*, 2017).

Finalmente sugerimos que as redes de trocas construídas pelas artesãs, constituem-se em uma comunidade práticas nos termos defendido por Lave & Wenger (1991) e Lave (2015). Isto é, a mobilização de um grupo de pessoas visando interesses similares que acionam e congregam um acervo de conhecimentos buscando desenvolver modos de aprender mais sobre a atividade que as conecta. Para tal, é necessário também manter uma interação frequente. Foi o que ocorreu com o engajamento em um processo de aprendizagem coletiva no contexto da produção de artesanato de cauçu.

## Referências Bibliográficas

IDSMM. Levantamento Sociodemográfico da Amanã. 2006. Tefé, AM.

GOMES, A. M. R. Um (possível) campo de pesquisa: aprender a cultura. In: TOSTA, Sandra Pereira; ROCHA, Gilmar. (Org.). Diálogos sem fronteiras: história, etnografia e educação em culturas ibero-americanas. 1aed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, v. , p. 205-220

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, Porto Alegre, v.33, n. 1, jan./abr. 2010. p. 6-25.

KUCHEMANN, Berlindes. Enfoque de Gênero nas relações com populações do Entorno de Unidades de Conservação. Manuscrito. 2000.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 37-47, Jul./dez.2015.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. Situated learning: Legitimate peripheral participation. New York: Cambridge University Press, 1991.

LEONI, J. 2007. Relatório Final da Pesquisa Cauaçu (*Calathea lutea*) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Documento interno não publicado - Programa de Artesanato .Tefé: IDSMM.

Lima, Deborah. (1997) Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia, In: Faces do Trópico Úmido - conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Edna Castro e Florence Pinton, (Eds). Belém: CEJUP, 1997.

LIMA, Deborah & POZZOBON (2006), Jorge. Amazônia Socioambiental – sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: VIEIRA, Ima Célia G.; SILVA, José Maria C. da; OREN, David Conway; D'INCAO, Maria Ângela. (Orgs.). Diversidade biológica e cultural da Amazônia. Belém: Goeldi, 2001. p.195-251.

Lima, D. et al. 2006. Artesanato e Identidade Cultural no Médio Solimões: a promoção de técnicas e conhecimentos tradicionais em comunidades ribeirinhas das reservas Mamirauá e Amanã. Tefé; Belo Horizonte: IDSMM; IPHAN.

LIMA-AYRES, Deborah. 1992. The Social Category “Caboclo”: history, social organization, identity and outsiders identification of the rural population of an amazonian region. Tese (Doutorado) - Universidade of Cambridge, Cambridge.

MOURA, E. *et al.* Pirâmide etária, situação educacional e considerações sobre a política de planejamento familiar nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã2012. Tefé: IDSMM, 2012.Relatório parcial dos dados dos Estudos Demográficos.

RIBEIRO, B. 1985. A arte do trançado dos índios no Brasil: um estudo taxonômico. Belém; Rio de Janeiro: Museu Paraense Emílio Goeldi; Instituto Nacional do Folclore.

RIBEIRO, B. 1988. Dicionário do artesanato indígena. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia.

SAUTCHUK, Carlos. O arpão e o anzol: técnica e pessoas no estuário do Amazonas – Vila de Sucurijú, Amapá (Tese de Doutorado), Universidade Nacional de Brasília, Brasil.

SAUTCHUK, Carlos. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 109-139, jul./dez. 2015

SOUSA, Marília. 2011. Saberes e modos de fazer objetos artesanais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã: um estudo da cultura material ribeirinha. Manaus, 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SOUSA, Marília; MONTARDO, Deise. 2014. Performance corporal no processo ensino aprendizagem entre os artesãos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Médio Solimões, Amazonas. Amazônica: Revista de Antropologia, v. 6, p. 28-49.

SOUSA, Marília. Programa de Artesanato: ações desenvolvidas na RDS Mamirauá e Amanã. Tefé: IDSM. Documento Interno, não publicado. 2005.

SOUSA, Marília. 2012. Gênero e relações de poder no contexto da trajetória política de um grupo de artesãs na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã - Médio Solimões, in Encontro da Rede de Estudos Rurais (5.: 2012: BELÉM - PA). Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores em conflito. Belém: 2012. pp. 1-16.

SOUSA, M. Teçumes e Teçumeiras: etnografia da construção de identidade política das artesãs da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã-Am. Manaus, Am:UFAM, 2017. 299p. Tese (Doutorado) em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

SOUSA *et al.* Teçume D´Amazônia: fortalecimento político das mulheres, produzindo vitalidade dos conhecimentos tradicionais. Amazôn., Rev. Antropol. (Online) 8 (2): 310 - 340, 2016

PERALTA, Nelissa. “Toda ação de conservação precisa ser aceita pela sociedade”: manejo participativo em reserva de desenvolvimento sustentável. Tese de doutorado. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2012.

PERALTA, Nelissa; LIMA, Deborah. 2013. A comprehensive overview of the domestic economy in Mamirauá and Amanã in 2010. *Uakari*, v. 9, n. 2, p. 33-62.